

PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL EM SANTA CATARINA VIA CANTO ORFEÔNICO DURANTE A DITADURA DE VARGAS.

Tânia Regina da Rocha Unglaub/UFSC

Eixo Temático n. 3: Cultura e prática escolares

Este trabalho se destina refletir sobre o uso de elementos culturais como recursos catalisadores de um sentimento nacionalista em Santa Catarina, utilizando a estrutura educacional através de um pretense interesse no desenvolvimento educativo da massa estudantil durante o governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1937 e 1945. Para captar as informações vividas no cotidiano educacional durante este período do Estado Novo, foram analisados documentos encontrados nos diários oficiais, circulares e coletâneas de Santa Catarina, jornais e revistas de educação da época e partituras musicais com suas respectivas letras. Estas músicas foram encontradas em revistas de educação, hinário escolar de Florianópolis e partituras originais pertencente a entrevistados. Também há neste trabalho alguns depoimentos de protagonistas que vivenciaram este momento histórico.

Em Santa Catarina, a inculcação dos sentimentos de brasilidade, no período do Estado Novo, tornou-se foco de grandes atenções para os governantes da nação. O sul do Brasil se constituía no local de grande concentração de imigrantes e descendentes de imigrantes do país, apresentando uma forte influência européia, com grupos espalhados pelo litoral e pelo interior com identidade própria, culturas diferentes e linguagem distinta.

Aproximadamente cinco milhões de imigrantes europeus, até a década de 40, ingressaram no Brasil, sendo que, a maior parte fixou-se no Sul do Brasil. A maioria veio através de políticas migratórias em função da agricultura. Alguns se estabeleceram nas cidades formando bairros concentrados e identificados por etnia. Mas a maior parte se organizou em forma de colônias alemãs, italianas, ucranianas, polonesas ou mistas, e, ficaram afastadas do convívio direto com a sociedade nacional até a década de 30¹.

Para Getúlio, esse isolamento cultural, político e até mesmo comunitário, somado à multiplicidade cultural, idiomática e de identidade pátria variável, se constituía no maior desafio de seu governo. Para fazer prosperar sua política nacionalista, deveria haver um ou mais elementos catalisadores do sentimento de pertencer a uma pátria, a brasileira, minimizando ou mesmo anulando sentimentos de desagregação pela ligação emocional, cultural ou de qualquer outra ordem com a nação de origem².

Coerente com essa preocupação, o governo Vargas, atuou fortemente em duas frentes distintas. De um lado buscou a desagregação dos elementos que mantinham as colônias

ligadas ao passado, tentando cortar os laços que pudessem representar a manutenção do sentimento de pertencer à pátria que um dia haviam deixado. A estratégia foi aplicada aos elementos dessa identidade, principalmente ao idioma, por ser justamente um dos poucos ícones de unidade entre os colonos. Proibiu-se o uso de língua estrangeira nas escolas e mesmo na comunidade em geral. Além disso, a cultura também foi fortemente vigiada, impedindo-se pela força as apresentações, mesmo folclóricas, que pudessem alimentar os sentimentos cívicos e pátrios dos antepassados dos imigrantes³.

De outro lado alimentou entre os colonos o mesmo sentimento que já se disseminava por todo o território nacional, de pertencer a esta pátria, sua nova grande Pátria Brasileira. Portanto o regime autoritário de Getúlio Vargas e a intelectualidade cooptada repensaram a questão dos núcleos estrangeiros, prioritariamente em regiões de colonização alemã. Essas regiões, na ótica dos governantes, eram as que mais ameaçavam os ideais de unificação nacional, pela vigorosa conservação de costumes e tradições da pátria de origem.

Parece ter sido o consenso entre intelectuais, elites e governo que a escola poderia ser o lugar adequado para concretizar os dispositivos normatizadores e consolidar um projeto de regeneração social e referenciar os jovens nos princípios de brasilidade a todos os cidadãos. “As escolas assumem importante papel na formação da identidade de um Estado-Nação. Garantem que uma nova geração seja comprometida com a identidade da sociedade e que o número de desleais se reduza naturalmente”⁴. A educação seria capaz de traduzir em manifestações cívicas, brincadeiras e práticas esportivas a devoção patriótica, o progresso intelectual e o vigor físico que o Estado Novo pretendia registrar, nos hábitos diários da população brasileira.

Portanto desenvolveram um projeto específico de nacionalização que atuava de forma coerciva visando à assimilação cultural dos imigrantes a partir dos estabelecimentos de ensino primário. A padronização do ensino, com conteúdos nacionalistas para todos os cursos, foi determinada pelo sistema federal e estadual de educação. Criou-se uma rígida e criteriosa fiscalização exercida por inspetores de ensino. Eles atuaram no controle das atividades docentes, fundamentalmente vinculadas ao uso da língua, ao ensino da história e às aulas de canto⁵.

O projeto de nacionalização tinha como pilares, conteúdos nacionais, como a imposição do uso da língua, a propagação da história mitificada dos grandes vultos - heróis nacionais - a disseminação dos hinos pátrios, o ensino do canto orfeônico e o culto às autoridades⁶. Embora todos estes elementos culturais estivessem presentes nessa bem orquestrada ação governamental, o foco desta pesquisa centralizou-se na prática do canto

nas escolas. Ou seja, na disseminação dos hinos pátrios e o ensino do canto orfeônico. Este tema proposto chama a atenção, por haver sido uma das manifestações culturais bem marcantes deste período, justamente por sua amplitude nacional, e pela mobilização expressiva de personalidades de renome, bem como da massa trabalhadora. É digno de nota que esse foi o momento histórico de maior valorização da música no ambiente educacional em todo o território nacional. Os hinos pátrios e o ensino do canto orfeônico tornaram-se obrigatórios na rede escolar e ampliaram-se nas grandes manifestações cívicas que mobilizaram a população em geral, tendo a figura de Villa-Lobos como o principal mentor deste projeto musical.

A música e os cantos cívicos nas escolas catarinenses, já eram destacados como uma importante contribuição à nacionalidade desde a primeira campanha de nacionalização do ensino, iniciada em 1910 no governo de Vidal Ramos, sob orientação de Orestes Guimarães. Para este educador, os cantos de conteúdo moral e cívico reforçavam referenciais ideológicos liberais como: a valorização do trabalho e da família com acentuada valorização da disciplina. As músicas indicadas para serem entoadas nas escolas neste período eram: hino Nacional, hino de Santa Catarina, hino à Tiradentes, canção ao trabalho, canção sou brasileiro, músicas da grande Pátria e ainda hino à Pestalozzi. Este pedagogo foi um dos grandes fundadores do método intuitivo, por isso “merecia” uma homenagem. O valor atribuído à música por este educador pode ser observado na seguinte declaração:

De facto, quem há que desconheça a profunda influencia educativa do canto, e daí comprehender uma escola pública sem cantos nacionais – esse meio educativo por excellencia, esse meio de disciplina, esse meio de descanso, esse meio de amor a escola, ao trabalho e a Pátria?⁷.

Durante a primeira República, embora Orestes Guimarães, considerasse a música na escola, um fator importante para a nacionalização, ele deixa transparecer sua postura liberal em relação ao canto nacionalista e o respeito aos estrangeiros. “Havendo crenças estrangeiras no estabelecimento, a estas sempre facultei cantarem ou deixar de cantar os hymnos patrióticos, porque me parecia obrigar-as a um constrangimento”⁸. Esta liberdade de escolha, não ocorreu durante o período do Estado Novo. Pois, nesta época -1937 à 1945 - os hinos patrióticos eram obrigados por decretos e leis, a serem entoados por todos os alunos em todos os estabelecimentos de ensino.

Pode-se observar através dos documentos oficiais de Santa Catarina, o autoritarismo do Estado Novo e como o canto foi utilizado para despertar os sentimentos nacionalistas. Diversas ações enfocadas na educação foram levadas a cabo, tendo como representante o

interventor Nereu Ramos, conferindo-lhe uma conotação nunca evidenciada na história catarinense. Ele estabeleceu normas relativas ao ensino primário através do decreto-lei nº 88 de 31 de março de 1938, composto de vinte e sete artigos que visavam um rígido controle nas escolas. Este decreto-lei em seu artigo 7º, parágrafos cinco e seis, declara a obrigatoriedade de ensaiar e cantar os hinos cívicos. O artigo 17º, primeiro parágrafo determina que um dos motivos para exoneração do diretor ou professor seria sua negligência quanto ao canto de hinos oficiais em todos os cursos e ao ensino obrigatório de música, entre outros. O mesmo decreto, artigo 18º parágrafo seis, impõe o fechamento temporário do estabelecimento de ensino que não tomasse parte nas comemorações cívicas, tanto promovidas na localidade, ou os dias de festas nacionais, recomendados pelo Departamento de Educação através de marchas e cânticos.

Portanto para que se efetivasse a execução destes decretos e leis do ensino, foi necessário o acompanhamento palmo a palmo deste plano pelos inspetores escolares. Repousava sobre eles o poder da ação, ou seja, a aplicação e fiscalização do cumprimento das leis estabelecidas. Os inspetores cuidavam da parte burocrática com eficiência esperada, mais que isto, eles verificavam *in loco* o trabalho realizado pelos professores. Este trabalho minucioso está registrado nos relatórios de Inspeção tanto Federal como Estadual⁹.

Como o hino nacional, os hinos cívicos e música nacionalista executados nos orfeões escolares, ocupavam um lugar de destaque no processo pedagógico do Estado Novo, realizando a tarefa de promoção do civismo e disciplina coletiva, cabia aos inspetores o compromisso de orientar programa da disciplina do “canto orfeônico” nos grupos escolares. O conteúdo desta disciplina era sugerido por Villa-Lobos¹⁰. As aulas de canto orfeônico visavam à execução rigorosa e correta dos hinos oficiais e tinham como propósito incentivar o gosto pelas demais canções de caráter patriótico. Com fins cívicos, destinadas a “inspirar o amor e orgulho pelo Brasil, constituindo-se em uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo¹¹”.

Ninguém contestava o valor educativo do canto. Integrado ao programa das escolas, procurava o canto formar cidadãos mais completos. O Inspetor João dos Santos Areão, inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, registra em seu relatório de inspeção que, “o canto orfeônico viria a preencher uma falha existente no ensino especialmente nos meios influenciados pelo espírito de germanidade”¹². Assim sendo, com o canto orfeônico os professores ensinariam as crianças a entoarem as canções regionais, buscando em cada

motivo realçar trechos da nossa história e tradições, “que nunca penetrariam os umbrais da escola se não tivesse o canto como veículo¹³”.

Em suas recomendações o Inspetor Areão mostrava ao professor que deveria proporcionar à criança um ambiente alegre para que vibrasse nas ocasiões cívicas. Areão, além de atuar na Inspetoria Federal, e valorizar o canto como fator educativo eficaz para a inculcação de sentimentos cívicos, também compôs canções patrióticas. Algumas delas foram publicadas na Revista de Educação dos anos 36 e 37, outras foram encontradas em um baú de um dos entrevistados¹⁴.

Os hinos escolares compostos por Areão visavam acrescentar peças a um hinário escolar já existente, elaborado por Villa-Lobos. Estas músicas possuem letras nacionalistas, ritmo de marcha e letras repetitivas de fácil assimilação. As canções encontradas intitulam-se: Hino a Orestes Guimarães, Saudação a José Boiteux, Pátria Altaneira, Patriotismo da Vovó, Terra Catarinense, Eco, Melodia em Sol, Marcha um...dois..., Canção, e, Brisa. Ao compor estas músicas, Areão estava contribuindo para o fortalecimento da nacionalidade nas mentes infantis. Pois, cantar músicas pertencentes ao repertório do canto orfeônico, transformava o indivíduo em participante das práticas da brasilidade, o que o tornava alguém importante aos seus próprios olhos, e também das autoridades e até mesmo de seus pares.

A atuação dos inspetores na execução do decreto-lei no. 88, descrita no artigo 17º. e 18º pode ser observada no relato das páginas do diário Oficial nos dias 04, 06, 07, 10 e 13 de outubro de 1939, quando comunica o fechamento do Instituto de Ensino Bom Jesus da cidade de Joinville, por desrespeitar tal decreto. O inspetor escolar observou que os alunos do 4ºano do ensino primário deste Instituto de Educação, não foram capazes de escrever a próprio punho o Hino nacional e /ou Hino à Bandeira. “Depois de decorridos 20 minutos, mais ou menos, foram recolhidas as folhas assinadas pelos respectivos alunos, constatando-se o lastimável resultado, como pode ser observado por todos os interessados”¹⁵. A letra destes hinos oficiais escrita pelos alunos deste Instituto está publicada no diário oficial, com a respectiva assinatura dos alunos.

Várias escolas fecharam por tal motivo. Este também é o caso da escola de Caçador mantida pelos padres Antonio Lazard e José Beti, de nacionalidade italiana. O decreto n. 2.230 cita que os professores desta escola transgrediram disposições expressas no artigo 2º e 7º do decreto-lei estadual n. 88. “Esta escola não possui a Bandeira Nacional e os alunos mal sabem cantar os hinos pátrios”¹⁶.

Outra observação importante feita pelos inspetores aos diretores responsáveis pelas escolas e aos professores era sobre a exigência do Departamento de Educação quanto à disposição dos retratos das autoridades. Os retratos deveriam ficar em lugar de destaque, sempre bem visíveis. Isto porque o culto à imagem do “Chefe da nação” foi estabelecido, e por esse motivo uma cerimônia especial chamada “inauguração do Retrato” era considerada como parte da formação patriótica. Estas inaugurações ocorriam com muita festividade, recitativos, marchas, canções patrióticas e discursos¹⁷. A Bandeira Nacional, retrato de Getúlio Vargas, hino Nacional, hino da Independência, hino a Bandeira Nacional, faziam parte do simbolismo da nação brasileira.

Esses símbolos ao serem divulgados para a população brasileira através de datas comemorativas, paradas cívicas, dísticos e rádios objetivaram duas metas governamentais: Primeiramente, ao terem sido revestidos por uma “aura” sagrada, por meio dos desfiles estudantis e militares, tornaram-se eficientes em fazer com que os indivíduos se habituassem eles e a seus valores. Tornando-se tradicionais, eles acabaram consolidados, não admitindo dúvidas nem tolerando questionamentos. Logo, considerava-se imoral, ou, traidor da pátria o indivíduo que a eles não cultuasse. A obediência aos costumes constituiria a moralidade necessária para ligar o indivíduo a “comunidade imaginária”.

Jacques LeGoff deixa claro que os símbolos atuam na memória coletiva, e, que a memória precisa de comemorações¹⁸. Balandier concorda com essa posição e comenta que o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada, teria uma existência constantemente ameaçada; poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade¹⁹. Isto significa que deve haver envolvimento emocional induzido por uma simbologia que trabalha uma aspiração concreta, mesmo que utópica, ganha ares de realidade na manipulação do imaginário coletivo. Bresciani ao refletir sobre os escritos da Madame Staël, percebe que esta literária política considera importante a educação das emoções, ela acredita que, para fixar o equilíbrio exigido pela estabilidade das instituições democráticas, seria preciso aperfeiçoar os costumes pela educação do foro íntimo²⁰. Nesse sentido, ganha particular importância sua afirmação de que os governantes podem e devem fazer com que o foro íntimo de cada cidadão coincida com o desígnio da Pátria. Há um reconhecimento de um espaço direto para a paixão e os sentimentos.

O exame das fontes²¹ da época revela o esforço por explorar as emoções, valendo-se desse instrumento, que como poucos, atuam profundamente nos sentimentos, conseguindo uma identificação com os ideários do poder central, aparentemente impossível de se conseguir por outros meios. A brasilidade traduz-se em sentimentos; ela atua sobre os

indivíduos, sobretudo quando é veiculada pela literatura, pela poesia, pela pintura, pela música, pelas artes em geral, desta forma atingindo o coração.

O projeto nacionalista de Vargas fez um forte apelo neste sentido, evitando a idéia de imposição, o que geraria sentimentos de aversão ou rejeição. A tentativa de envolver o indivíduo num sentimento de parceria, e não de sentir-se dominado é nitidamente percebido nas ações governamentais deste período. Note-se, por exemplo, que o calendário de comemorações cívicas a partir de 1937, tornou-se objeto de rigorosa atenção por parte do Estado brasileiro. Um excesso de festas e performances que, encenadas por milhares de brasileiros como uma massa ornamental, tornava-os parte da obra que representavam. Tirando-os da contemplação passiva e incorporando-os ao sentido inquestionável dos valores cívicos do Estado e borrando os limites entre o espectador e o entusiasta.

As datas comemorativas, agora celebradas em todo o território nacional, possibilitavam um estado de cumplicidade entre todos os cidadãos brasileiros que passaram a compartilhar desse “espírito cívico”, responsável por agregar o passado, o presente e o futuro, num mesmo módulo. Elas eram eficientes no oferecimento de uma conservação duradoura. Sua força residiria em não ser facilmente modificável, onde o passado assegura as referências místicas, o presente as atualiza através de ritos, responsáveis por gerar um futuro seguro.

Muitas canções entoadas nas cerimônias cívicas foram lembradas e cantadas por entrevistados. Estas melodias contribuíram para evocar as histórias daquele passado, agora construídas e transformadas pela releitura do presente. Muito do que aparece nas recordações dos depoentes, foram memórias construídas pelo regime de Vargas, justamente com a finalidade de influir no imaginário provocando um novo olhar induzido pelas músicas, pelas cerimônias, pelos discursos inflamados e por todo o aparato construído com a finalidade de “vender” a imagem de um Brasil grandioso.

As músicas, cantos e cerimônias utilizados no período do Estado Novo, trazem recordações alegres e prazerosas para uns e lembranças dolorosas para outros, que sofreram perdas nesse período. Ingo Lubitz²², descendente de alemães, lembra daqueles tempos, no auge do nacionalismo – 1937-1945 – com muita mágoa porque seu pai, um bom professor, foi preso. Seu único crime, segundo ele, era ser alemão. Seu pai, o Sr. Guilherme Lubitz, procurou cumprir todas as exigências do governo brasileiro em relação à escola, no que tange às cerimônias cívicas, hinos pátrios e canto orfeônico. Ingo nos conta que todos os alunos de seu pai aprenderam a cantar em português o hino nacional e as músicas do cancioneiro escolar, mesmo sem falar e sem entender o idioma brasileiro.

Portanto, as lembranças destes hinos pátrios, e canto orfeônico, evocam recordações de ressentimentos em relação à cultura imposta. Esta obrigatoriedade de cantar, mesmo sem saber o que cantavam, também é relatada pela professora brasileira Isabel Lins.

Lembro-me do aluno Hegen Hegel, descendente de alemães, alemãozinho de cabelinhos bem branquinhos, que apresentava certa irregularidade na pronúncia do português, o que era comum, pois em casa só falavam o alemão. Lembro-me quando ele cantava com a pronúncia arrastada o hino nacional e outros cânticos.

O aluno não precisava entender o que cantava; o que interessa era que cantasse. Os alunos sempre cantavam. Eles ficavam enfileirados e cantavam. Sabe é que as notas musicais ficam nos sentidos, e aos poucos eles iam criando amor a Pátria deles. Porque a Pátria deles era aqui no Brasil, terra que lhes deu abrigo. A gente precisava inculcar na mente deles os valores de amor a Pátria onde nasceram, ou que os recebeu. Dessa forma aos pouquinhos iam entendendo que aqui é a pátria deles, que lhes dá comida e acolhida. Como era lindo ouvir as canções das crianças²³!

O ato de cantar carregava o simbólico da representação da brasilidade. Conseqüentemente, quem não cantasse era visto como “inimigo” da pátria e era identificada pelo termo “quinta coluna”. Isto está de acordo com os estudos de Baczko que fala sobre o imaginário com um enfoque centralizado nos símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos²⁴. Podem até mesmo plasmar visões do mundo e impor cultura e modelar condutas. De acordo com essa colocação, cantar os hinos relativos à pátria naquele contexto, deveria levar o povo a desenvolver uma atitude nacionalista.

Essa foi a razão da criação do forte esquema de repressão e castigo que pesava sobre todos os envolvidos com o sistema educacional da época, sem distinção da etnia à qual pertenciam. A tarefa que o Estado se impunha era justamente transformar atividades como cantar hinos de louvor à pátria, hastear a bandeira para reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pelas ameaças como a de perda da função. Por outro lado, havia vantagens em seguir o ideário do Estado Novo, que por sua vez fora capitaneado por Villa-Lobos para a comunidade em geral.

A música durante o período do Estado Novo adquiriu um significado ímpar, indo além das manifestações orfeônicas, canções e hinos pátrios nas escolas. Esta linguagem que buscava atuar nas emoções, portadora de muitos significados, também procurava reforçar a “beleza do idioma”²⁵. O nacionalismo no Estado Novo tinha como finalidade despertar a brasilidade nos sentimentos mais íntimos dos indivíduos.

“O canto coletivo, com o seu poder de socialização, predispõe o indivíduo a perder no momento necessário a noção egoísta da individualidade excessiva, integrando-o na comunidade, valorizando no seu espírito a idéia da necessidade da renúncia e da disposição ante os imperativos da vida social, favorecendo, em suma, essa noção de solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades”²⁶.

São múltiplas as utilizações que a música possui, e, estando vinculada à política, ela pode assumir todos esses atrativos. Ao trabalhar com a voz e os gestos sincronizados do conjunto de milhares de crianças, o Estado buscava imprimir ainda seus signos, suas formas, seus anseios, e buscava incutir o gosto pelos ideais que ele mesmo perseguia, atuando no imaginário do povo', garantindo assim a permanência dos seus objetivos enquanto poder de Estado.

Percebe-se então um estudado movimento no qual através da ação da música, o Estado procura inculcar nos indivíduos o dever nacional, o amor pátrio, a obediência, a beleza da harmonia sem tensões, a noção ordeira do todo e a alegria do conjunto sem conflitos. Todo esse esforço do Estado Novo em estabelecer um bem elaborado sistema de ensino do canto orfeônico, bem como de lograr o envolvimento massivo do povo brasileiro nas grandes manifestações cívicas ao som de hinos de exaltação à Pátria, nos dão a entender claramente o poder que se atribuiu à música em geral e ao canto em particular no ideário nacionalista de Vargas.

Notas:

¹ Cf. FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali, 2004. pp. 39-40.

² Cf. SCHWARTZMAN, Simon; BOMEY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Santa Efigênia, SP: Editora Paz e Terra, 2000. pp. 182-185.

³ Cf. CAMPOS, Cynthia Machado. As Intervenções do Estado nas Escolas Estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: Brancher, Ana. (org.) *História de Santa Catarina – estudos contemporâneos*. 2ª. Ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial LTDA, 2004. pp.149-151.

⁴ AVANCINI, Elza Gonçalves. *O canto Orfeônico Escolar e a formação da Identidade Nacional no Brasil 1937 -1961*. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.39.

⁵ CAMPOS, Cynthia Machado. op.cit. p.155.

⁶ SCHWARTZMAN, Simon; BOMEY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit. p. 182.

⁷ NOBREGA, Paulo. p.127.

⁸ NOBREGA, Paulo. Idem p.128.

⁹ Relatórios da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Inspetor João dos Santos Areão ao Ministro de Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1936, 1937, 1938, 1939 e 1940. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

¹⁰ Villa-Lobos, intelectual cooptado para coordenar a música patriótica durante o governo de Vargas. Dirigiu grandes concentrações orfeônicas de professores e escolares no Rio de Janeiro e São Paulo. Criou e dirigiu a Superintendência da Educação Musical e Artística para a implantação do canto Orfeônico nas escolas. Foi o primeiro diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico estabelecido em 1942. Este órgão era responsável pelo programa da disciplina de canto orfeônico nas escolas brasileiras.

¹¹ BAHIA HORTA, José Silvério. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação do Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 183.

¹² AREÃO, João dos Santos. Relatório do 1º trimestre de 1939, ao ministro Capanema sobre como os professores deveriam dar uma aula de canto orfeônico. APESC.

¹³ Idem.

¹⁴ Entrevista realizada com Sueli de Souza, filha de Abelardo de Souza. Florianópolis. 20/08/2006.

¹⁵ Diário Oficial. 10/10/1939. p.6.

¹⁶ Decreto 2.230. publicado no diário oficial.

¹⁷ Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 10/10/1938.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 1ª reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p 458.

¹⁹ BALANDIER, Georges. *O Poder em cena*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.p. 05–78.

²⁰ 'Foro íntimo aparece, neste contexto, como uma espécie de tribunal interno e secreto no qual a consciência atuaria como juiz. Sendo por natureza subjetiva, essa consciência pode ser afetada pelas emoções, que por sua vez não estão sob os ditames da razão'. BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, Jacy A. & BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. *Razão e Paixão na Política*. Brasília, Ed. da UNB, 2002. p.59-77.

²¹ As fontes da época que permitiram à investigadora perceber a utilização das emoções foram coletadas em documentos oficiais como: *Coletâneas e Circulares*. Florianópolis, 1942 e 1945. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*, novembro, 1942 e memórias de professoras entrevistadas.

²² LUBTZ, Ingo. 82 anos. Depoimento concedido à autora deste trabalho. Cidade de Rio do Sul. Dias 18 de novembro de 2005 e 4 de fevereiro de 2006.

²³ LINS, Isabel. 82 anos. Depoimento concedido à autora deste trabalho. Cidade de Florianópolis. Dia 30 de novembro de 2005 e 10 de fevereiro de 2006.

²⁴ BACZCO, Bronislaw. *Imaginário social*. v5. Enciclopédia Einaudi, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p.297.

²⁵ Cf. CAMPOS, Cynthia. Op.cit.

²⁶ VILLA-LOBOS. *A música nacionalista no Estado Novo*. Rio de Janeiro:DIP,1941.